

A estrutura e a prática do totalitarismo

Karl Korsch

Versão escaneada:

<http://aaap.be/Pdf/International-Council-Correspondence/International-Council-Correspondence-6-02c.pdf>

Versão transcrita:

<http://aaap.be/Pages/Korsch-en-1942-The-Structure-And-Practice-Of-Totalitarianism.html>

Publicado em: New Essays. A Quarterly Devoted to the Study of Modern Society, Vol. 6, 1942, no 2, Fall

Se alguém tivesse ouvido todos eles, como o
coveiro observou em um campo de batalha, não
deveria estar morto.

Michelet

As observações a seguir dizem respeito menos ao conteúdo factual do livro em questão¹ do que à sua contribuição para a luta antitotalitária que a geração atual tem pela frente. A parte descritiva do livro contém informações de primeira linha sobre quase todos os aspectos importantes do nacional-socialismo, com exceção dos tópicos *cultura e educação, mercado agrário e propriedade de alimentos e financiamento de guerra* (pp. 221, 349), que são especificamente omitidos. Baseado quase que exclusivamente em fontes alemãs, as *Notas* anexas contêm mais de novecentas referências a um número ligeiramente menor de itens distintos. Essa característica, por si só, deve garantir ao livro de Neumann um lugar de destaque na literatura atual sobre totalitarismo.

Por que o Behemoth?

Parece um mau presságio que o autor tenha escolhido dar ao seu livro o nome de um dos monstros da escatologia judaico-babilônica. Em primeiro lugar, o *Behemoth* que governa a terra não é uma praga maior do que o *Leviatã* que governa o mar, e o domínio

¹ Neumann, Franz. *Behemoth. The Structure and Practice of National Socialism [A estrutura e a prática do nacional-socialismo]*. Oxford University Press. Nova York, 1942 (XVII e 532 pp.; US\$ 4,00)

de ambos permanecerá ininterrupto até o dia do julgamento. Em segundo lugar, o título do livro não sugere uma investigação científica das características essenciais da chamada "nova ordem" do totalitarismo. Ao contrário, ele nos leva a esperar uma nova contribuição para aquela corrente comum da literatura antinazista que pinta a sociedade pré-nazista de branco e o nazismo de preto, sem sequer perguntar até que ponto a vitória do totalitarismo foi preparada por tendências e forças que já estavam operando nas fases anteriores da sociedade capitalista, monopolista e imperialista. Chamar o sistema nacional-socialista de "*O Behemoth*" significa, nas próprias palavras do autor, descrevê-lo como "um governo de anarquia e ilegalidade que 'engoliu' os direitos e a dignidade do homem e está tentando transformar o mundo em um caos".

Veremos em um estágio posterior que essa é, de fato, a atitude final do autor em relação ao tema de seu estudo. No entanto, há a característica redentora de que ele não se cega para a continuidade das tendências que prevalecem na atual sociedade nazista e em seu prelúdio histórico, a chamada Democracia de Weimar. Em uma seção introdutória, ele discute as razões para *O colapso da República de Weimar* e retorna a esse tópico em vários capítulos subsequentes que tratam de *Racismo na Alemanha (pré-nazista)*, *Democracia e imperialismo*, *O status político dos negócios na República de Weimar*, *A ditadura de Brüning e o cartel*, *O fracasso do planejamento democrático* e *A classe trabalhadora sob a democracia de Weimar*. Em todos esses capítulos, e na discussão de muitas outras questões específicas ao longo do livro, ele lida com um processo que, em uma ocasião, ele descreve muito bem como o crescimento do nacional-socialismo "no canteiro de sementes" da República de Weimar (413).

No entanto, o leitor deve ter cuidado para não se deixar enganar por essas explosões críticas. Elas são contrabalançadas por pelo menos o mesmo número de testemunhos das realizações positivas de Weimar, e seu objetivo real não é refutar, mas sim restaurar, em uma forma criticamente purificada, a respeitabilidade violentamente abalada dos projetos e das realizações dos políticos de Weimar. Voltaremos a esse ponto mais adiante. Por enquanto, nos contentamos em chamar a atenção para o fato de que o autor é mais propenso a descrever o sistema nazista como "o sistema da democracia de Weimar, simplificado e colocado sob controle autoritário" nos casos em que ele reivindica para o regime de Weimar uma parte de tais desempenhos extraordinários do nazismo, como seu elaborado sistema de *seguridade social* (431-32) e o sucesso de sua *economia de guerra*. Assim, lemos na pág. 351 a seguinte declaração surpreendente:

"A contribuição do Partido Nacional Socialista para o sucesso da economia de guerra é nula. Ele não forneceu nenhum homem de mérito excepcional, nem contribuiu com nenhuma ideologia ou ideia organizacional que não tenha sido totalmente desenvolvida sob a República de Weimar."

Como todos sabem, uma das principais causas da vitória de Hitler foi o fato de a República de Weimar não ter sido capaz de garantir a seguridade social das massas trabalhadoras. É igualmente sabido que quaisquer que sejam as contribuições ideológicas para a economia de guerra que possam ter sido "totalmente desenvolvidas durante a República de Weimar", seu sucesso atual se deve a essa tremenda eficiência que não foi alcançada durante o regime pré-nazista, e nem mesmo durante os primeiros anos do próprio regime nazista.

Como podemos explicar essas declarações surpreendentes por parte de um escritor indubitavelmente bem informado? Para obter uma resposta, precisamos lidar mais detalhadamente com certas características da abordagem metodológica do autor e com a forma pela qual seus resultados teóricos são afetados por sua perspectiva política. Ao fazer isso, não queremos nos opor, por princípio, à chamada intrusão do espírito partidário em investigações científicas desse tipo. No atual conflito abrangente de forças irreconciliavelmente opostas, a reivindicação de total distanciamento torna-se uma mera pretensão. Nessas condições, parece um triste comentário sobre a completude da derrota do movimento socialista tradicional o fato de que, por nove anos após 1933, não houve nenhuma tentativa importante em nome do partido derrotado para reabrir a luta aparentemente decidida no campo do pensamento teórico. Na medida em que a análise crítica de Neumann sobre a sociedade totalitária representa uma tentativa de preencher essa lacuna deplorável na literatura antitotalitária atual, não temos nenhuma objeção a seu viés socialista. Embora não concordemos com seu ponto de vista específico, saudamos o fato de que a tarefa necessária foi finalmente abordada.

A mente jurídica

A primeira observação a ser feita com relação aos métodos aplicados no livro é que o autor, infelizmente, é possuído em um grau extraordinário pelo que é comumente descrito como a mente jurídica. Nesse sentido, seu ataque crítico ao nazismo lembra muito aqueles dois Manifestos por meio dos quais, em 1850, nas palavras de Marx, "as duas facções derrotadas da Montagne, os social-democratas e os socialistas democráticos, tentaram provar que, embora o poder e o sucesso nunca tenham estado do lado deles, eles próprios sempre estiveram do lado do direito eterno e de todas as outras

verdades". A única diferença é que, de acordo com a mudança de espírito da época, a principal preocupação do autor não é mais o princípio da justiça eterna, mas o da lei positiva. Ele reclama que "a posição do *partido* dentro do estado nazista não pode ser definida em termos de nossa (!) jurisprudência constitucional tradicional" (74) e que "ninguém sabe de onde derivam os direitos constitucionais do *líder*" (84). Ele afirma repetidamente que "o nacional-socialismo é incompatível com qualquer *filosofia política racional*" (463). Ele carece não apenas de uma "teoria política racional", mas até mesmo de "uma *teoria antirracional*", e isso pela simples razão de que "*uma teoria política não pode ser não-racional*" (464). Da mesma forma, ele nega "a existência da lei no estado fascista" porque, como ele diz, "a lei só é concebível se for manifestada na lei geral, mas a verdadeira generalidade não é possível em uma sociedade que não pode prescindir do poder" (451). Por último, mas não menos importante, o sistema político do nazismo não é um *Estado* (467) e "é duvidoso que o nacional-socialismo possua um *mecanismo coercitivo unificado*" (468).

"O próprio termo '*capitalismo de estado*' é uma *contradictio in adjecto*", e "o conceito de capitalismo de estado não suporta uma análise do ponto de vista econômico" (224). Supondo que, apesar de todas essas deficiências legais, a Alemanha seja vitoriosa na guerra atual, como será possível, pergunta ele, que um futuro governo alemão "*justifique* sua influência na Europa Central" (182)?

Para mais ilustrações do raciocínio peculiar da mente jurídica, referimo-nos à prova jurídica de Neumann da existência contínua do "*trabalho livre*" na Alemanha nazista após a destruição completa do direito de negociação individual e coletiva (337-340), e à bela conclusão de que a "medida individual" que substitui a regra da "lei geral" no período do capitalismo monopolista, embora destrua a única forma concebível de existência da "lei" (451), ao mesmo tempo não destrói "*o princípio da igualdade perante a lei*", porque "o legislador se depara com uma situação individual". (445) (ênfase do revisor).

Ideologia versus história

Um terço do livro (pp. 37-218) é dedicado a uma análise das ideologias jurídicas e políticas do movimento nazista. É extremamente difícil entender o propósito dessa análise ideológica para a teoria do autor. Parece que o assunto real está suficientemente coberto pela segunda parte do livro, que trata da "nova economia" e da "nova sociedade". Todos os aspectos possíveis do sistema nazista, incluindo sua estrutura jurídica e política, são discutidos integralmente nessa última parte de sua análise. A

única forma pela qual um estudo independente dos slogans ideológicos, que em sua linguagem constituem o "Padrão Político do Nacional Socialismo", poderia aumentar o interesse do livro seria por meio de uma análise histórica do crescimento e das funções de seus vários elementos. Isso parece ter sido, de fato, parte da intenção do autor. Ele parte de uma descrição bastante convincente das várias fases do processo histórico pelo qual os princípios ambíguos (meio democráticos, meio "coletivistas") da República de Weimar foram substituídos por uma série de novos princípios que, por sua vez, predominaram nas fases sucessivas do estado nazista. Ele mostra a interessante interação por meio da qual cada fase da ideologia nazista, assim que cumpriu totalmente seu propósito, foi substituída por uma ideologia totalmente diferente. Assim, a ideologia do "estado totalitário" foi lançada ao mar em 1934 para dar lugar à "teoria racial", que justificava a "libertação" dos alemães da soberania estrangeira e a incorporação de territórios europeus habitados em grande parte por alemães, que foi imediatamente rejeitada e substituída pelas novas ideologias do "espaço vital", da "geopolítica" e do "império racial", quando as condições mudaram e exigiram a conquista de territórios inquestionavelmente não alemães como Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia e Iugoslávia.

No entanto, apenas uma pequena parte da discussão do autor sobre o "Padrão Político" do nazismo é apresentada dessa maneira genuinamente histórica. Embora o próprio autor afirme que tudo o que podemos aprender com as ideologias mutuamente contraditórias e em rápida mudança do nazismo é que todas elas são igualmente irrelevantes, ele as considera "o melhor clube para seus objetivos finais" (37) e baseia sua própria análise do Padrão Político do Nacional Socialismo em vários elementos de sua ideologia. Assim como Proudhon certa vez descreveu seu método pseudohegeliano como um procedimento pelo qual "a história é contada não na sequência do tempo, mas na sequência das ideias", Neumann anuncia que as categorias que ele se propõe a desenvolver em seu estudo sobre a ideologia nazista "não correspondem necessariamente a estágios definidos no crescimento da ideologia nacional-socialista, embora alguns deles coincidam" (38). Assim, ele se perde, e confunde seus leitores, em uma longa discussão de ideias sem sentido lógico e factual, e acontece com frequência que, nesse processo, ele mesmo cai inadvertidamente em uma ideia fascista.

O retorno dos nativos

O verdadeiro significado da teoria do Behemoth fica claro na segunda e terceira partes do livro, onde o autor expõe a operação das forças materiais e sociais que, em sua

opinião, determinam a estrutura e o desenvolvimento da sociedade nazista. É aqui que nos deparamos com o que, a princípio, parece ser uma contradição inexplicável.

Ao tratar da "nova economia" do nacional-socialismo, o autor se revela um firme defensor do caráter capitalista puro da sociedade nazista. Ele trava uma guerra feroz contra todos os teóricos que, antes e depois da vitória do nazismo na Alemanha, descreveram o "novo" sistema totalitário como um sistema de bolchevismo marrom, de capitalismo de estado, de coletivismo burocrático, como o governo dos "gerentes", em suma, como "uma economia sem economia" (222). Em sua defesa resoluta do caráter capitalista do fascismo, ele não poupa nem mesmo o arqui-profeta de toda a heresia, o principal teórico econômico do partido social-democrata, Rudolf Hilferding (223). Neumann mostra que, apesar da transição da livre concorrência para o regime monopolista e da crescente interferência do Estado, a atual economia alemã manteve as características essenciais de uma economia capitalista genuína. Ela se baseia, agora como antes, na propriedade privada dos meios de produção garantida pelo Estado, com a única diferença de que essa garantia auxiliar da propriedade privada não é mais o contrato, mas o ato administrativo do governo (260). Embora tenha adotado as novas características de uma "economia monopolista" e, em parte, de uma "economia de comando", a economia alemã de hoje continua sendo uma economia capitalista. "É uma economia capitalista privada, regida pelo estado totalitário" (261).

Apesar da crescente importância do poder estatal totalitário, ainda é a motivação do lucro que mantém o mecanismo unido. A única característica distintiva da configuração atual é que, em um sistema completamente monopolista, os lucros não podem mais ser obtidos e mantidos sem o poder totalitário. "Se o poder político totalitário não tivesse abolido a liberdade de contrato, o sistema de cartel teria se rompido. Se o mercado de trabalho não fosse controlado por meios autoritários, o sistema monopolista estaria em perigo; se as agências de matéria-prima, suprimento, controle de preços e racionalização, se os escritórios de controle de crédito e câmbio estivessem nas mãos de forças hostis aos monopólios, o sistema de lucro seria quebrado. O sistema se tornou tão monopolizado que, por natureza, deve ser hipersensível a mudanças cíclicas, e esses distúrbios devem ser evitados. Para conseguir isso, é necessário o monopólio do poder político sobre o dinheiro, o crédito, o trabalho e os preços" (354).

O autor tem uma visão totalmente diferente com relação aos desenvolvimentos correspondentes na estrutura política e social do estado nazista. Seria de se esperar que o Estado, que era um implemento indispensável da sociedade de produtores livres

(capitalistas) mesmo em seu início, se tornasse um instrumento ainda mais importante da classe dominante no momento de seu pleno desenvolvimento. De certa forma, isso é o que o próprio autor disse quando apontou a crescente dependência da máquina monopolista do capitalismo atual em relação ao poder político. No entanto, ele acrescenta que a utilidade específica do estado nazista para os objetivos do atual sistema monopolista deriva do fato de que esse estado não é mais um estado no sentido tradicional do termo, mas sim um estado em dissolução. As surpreendentes conquistas da nova economia alemã - a abolição do desemprego, o aumento da produção, o desenvolvimento de indústrias sintéticas, a completa subordinação da economia às necessidades da guerra, o sistema de racionamento antes e durante a guerra, o sucesso do controle de preços - todas essas conquistas universalmente aclamadas da economia nazista foram realizadas no exato momento quando, de acordo com a teoria paradoxal de Neumann, o Estado alemão não possuía mais as características essenciais de um Estado e sua classe dominante, antes unida, havia se dissolvido em várias "classes dominantes" independentes, compostas pelos estratos líderes do partido, do exército, da burocracia e da indústria.

Uma explicação parcial pode ser encontrada no fato de que o autor não está preparado para aceitar o conceito marxiano de estado para a forma de governo que precedeu o atual estado nazista. Em sua opinião, os objetivos do capitalismo monopolista não foram ajudados e incentivados pela burocracia da República de Weimar. Em vez disso, foram controlados e restringidos pela suposta tendência de toda burocracia pública "de servir ao bem-estar geral" (79) e, mais particularmente, pelas forças da democracia política representadas pelo partido social-democrata e pelos sindicatos (260). "A subjugação completa do estado pelos governantes industriais só poderia ser realizada em uma organização política na qual não houvesse controle de baixo para cima, que não tivesse organizações de massa autônomas e liberdade de crítica" (261).

Essa atitude teórica do autor tem uma implicação prática muito importante. Se a principal causa do atual estado insatisfatório de coisas é o colapso do sistema de freios e contrapesos pelo qual as forças selvagens e insaciáveis do capitalismo monopolista eram controladas e restringidas na época em que ainda havia um "estado" real, a primeira coisa que é necessária após a vitória para destruir o flagelo do nazismo é restaurar a democracia política genuína da República de Weimar. No entanto, sob as condições alteradas do tempo presente, esse aliado não é suficiente. "Isso é o que as críticas marxistas e nacional-socialistas ao liberalismo e à democracia realmente

conseguiram", diz o autor na página 475, em um inesperado tributo de última hora aos seus dois principais antagonistas: - "A democracia política por si só não será aceita pelo povo alemão".